

O SR. NATALINI (PV) – Muito obrigado por seu aparte. Minha Assessoria Técnica e eu estudamos o edital que foi publicado pela Prefeitura e identificamos algumas questões que queríamos ter perguntado ao Diretor da Ilume, mas não tivemos oportunidade, em razão da sua ausência.

Por exemplo, falta no edital a normatização para as aplicações das lâmpadas LED em geral. Falta no Brasil e também no edital da Prefeitura, que não prevê qualquer forma de descarte dessas lâmpadas. Isso não foi tratado no edital. Não se sabe para onde esse material será destinado, com a substituição das lâmpadas, e, ainda, se será descartado ou se será reaproveitado.

Existem três tipos de lâmpadas LED: o primeiro é o azul com fósforo, designação técnica; o segundo é o RGB, vermelho, verde e azul; e o terceiro é o ultravioleta com fósforo, que causa em seu descarte um problema ambiental gravíssimo. Ele é lesivo ao meio ambiente.

O edital da Prefeitura não cita que tipo de LED será adquirido e implantado na cidade de São Paulo, inclusive não diz se será esse ultravioleta com fósforo que, do ponto de vista ambiental, seria um desastre para a Cidade. Gostaríamos de saber o que vem por aí.

Outra questão pendente no edital é a respeito do financiamento. O edital fala que o financiamento será feito pelo BNDES. Como disse o nobre Vereador Andrea Matarazzo, são quase oito bilhões de reais investidos nessa PPP. É muito dinheiro. O BNDES exige que as empresas que comercializarão as lâmpadas devem ser nacionais. No edital não há especificação nesse sentido, porque como a luminária de LED é feita de vários componentes, inclusive eletroeletrônicos, alguns deles não são fabricados no Brasil. Por isso é preciso que o edital seja mais claro, dizendo como e de que maneira a luminária será comprada com o dinheiro do BNDES.

Outro ponto que analisamos no edital é que não há sequer uma palavra sobre a utilização de energia solar. Nem fala sobre isso. Ora, num momento em que o mundo inteiro se preocupa com a mudança do padrão energético e países como a Alemanha, a China, os Estados Unidos e outros avançam muitos quilômetros à frente na implantação do uso da energia solar, São Paulo, que é a quarta ou quinta maior cidade do mundo, que vai fazer uma PPP para trocar suas luminárias por um produto mais moderno, não tem, em seu edital, uma só palavra sobre energia solar.

Não quero ser confundido, nem estou dizendo que a PPP tem de determinar que a forma de energia a ser oferecida para acender as LEDs será a energia solar. Não é isso que estou dizendo. Mas precisa ter uma palavra que dê uma abertura, porque como a concessão durará de 20 a 30 anos, daqui a 10 anos pode ser que a tecnologia de energia solar esteja à disposição para produzir energia elétrica suficiente para tocar a iluminação da Cidade. Porém, esse projeto não prevê a utilização desse moderno e futurístico meio de produção de energia elétrica.

A energia solar é mais barata e mais rentável, mas ainda há tecnologicamente problemas sérios com a questão da manutenção das placas de energia fotovoltaica. Tudo isso teria de ser levado em conta.

É importante também considerar as peculiaridades de cada bairro, não se pode fazer uma PPP generalizada para 100% de São Paulo, porque, no Centro, há uma característica; no bairro mais periférico, outra; assim também é diferente aquele que tem arborização. Enfim, é preciso ver a particularidade de cada local.

E mais, é importante caminhar para a construção de um Plano Diretor de Iluminação, da cidade São Paulo, como uma grande linha condutora para o futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, como eu já disse no começo, é uma iniciativa positiva e importante, nós reconhecemos isso - embora o partido do Sr. Prefeito pense sempre que nós só jogamos contra, que queremos atrapalhar, que só falamos mal e que não reconhecemos nada. Agora, quero também dizer que não é possível que a Prefeitura faça sozinha algo dessa envergadura, tão grandioso, ao custo de quase 8 bilhões de reais, para duas a três décadas de concessão, e que vai mexer com a Cidade inteira. Não é possível.

Os técnicos que vieram aqui hoje, inclusive da USP, falaram que foram convidados, num primeiro momento, para serem ouvidos, e que, lá do meio para o fim, foram dispensados e não mais consultados tecnicamente para nada. Talvez eles tenham levantado lá o problema dessa ultravioleta com fósforo, que é

altamente lesiva ao meio ambiente, e que não poderia ser a saída para São Paulo. Será que foi por isso que deixaram a USP de fora? Eu não sei.

Também o Sr. Presidente da Associação dos Produtores de Lâmpadas disse que só participa do processo através de envio de *e-mails*. Nenhuma vez foram convidados ou foram ouvidos para dar opinião.

Nós fizemos uma pesquisa básica, mas não conseguimos encontrar nenhuma pessoa com *expertise* no assunto. Segundo as informações que tenho, eles estão fazendo com o grupo técnico interno da Ilume. Não é ruim utilizar o funcionário público, o técnico da Ilume, para fazer o projeto, porém, pelo tamanho da encrenca, a Ilume e a Prefeitura sozinhas não conseguirão fazer o projeto do ponto de vista técnico.

E do ponto de vista financeiro e político? É óbvio e é claro que os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a população da Cidade querem saber o que a Prefeitura está planejando para entregar a iluminação pública de São Paulo, que é um problema grave na Cidade, isso é uma realidade. Mas, entregar por duas a três décadas, ao preço de quase 8 bilhões, para um concessionário qualquer, sem sabermos o que está combinado pela Prefeitura, nós não vamos aceitar. Não, isso nós não vamos aceitar. Por isso, fizemos essa reunião hoje na Frente de Sustentabilidade.

Conversando com o nobre Vereador Andrea Matarazzo, que é o Presidente da Comissão de Administração da Câmara Municipal, S.Exa. aceitou e nós decidimos fazer uma audiência conjunta, aqui na Casa, da Comissão de Administração com a Frente de Sustentabilidade para chamarmos pessoas relacionadas ao assunto, para que venham nos contar exatamente o que está acontecendo.

Aí o Sr. Presidente da Ilume terá de vir irremediavelmente, assim como terão de vir novamente um representante da Academia, um do setor empresarial e, com grande necessidade, um representante da Eletropaulo, para fazermos, durante algumas horas, uma roda de conversa.

A Prefeitura tem de ouvir a Câmara, que tem de ser consultada. Tanto é que o nobre Vereador Donato, Presidente da Câmara, por solicitação do Colégio de Líderes e por iniciativa da Procuradoria da Câmara, está realizando um estudo para analisar, do ponto de vista jurídico, e isso não é pacífico do ponto de vista jurídico, a necessidade de esse projeto vir aqui, como projeto de lei, ser apreciado pela Câmara Municipal de São Paulo.

É muito dinheiro em jogo. É uma situação importantíssima da Cidade, que é a iluminação pública, e também muito tempo para deixarmos que a Prefeitura ou o Sr. Prefeito, sozinhos, tomem as atitudes, façam o processo, encaminhem tudo, resolvam tudo, decidam tudo, sem que a Câmara dê uma opinião, uma avaliação, um olhar, ou dê um voto a respeito, melhorando o projeto, etc. e tal.

Estamos no aguardo dessa avaliação jurídica para saber o que iremos fazer. E também estamos estudando, o nosso gabinete, juridicamente, o que cabe à Câmara Municipal, no seu posicionamento, se esse projeto precisa vir aqui para ser discutido, avaliado, modificado, melhorado e ser votado.

Sra. Presidente, V.Exa. é uma Sra. Vereadora ativa que percorre a Vila Prudente, Sapopemba, parece o Xerife Ricochete, do programa de TV que corre, corre, corre e vai embora, ou então o Papa-léguas. São Srs. Vereadores que correm muito pela Cidade. Eu também corro muito. Nós corremos muito, cada qual a sua maneira. É importante que V.Exa. tenha o conhecimento profundo, nobre Vereadora. V.Exa., que preside esta sessão brilhantemente hoje – não sei se é porque o partido majoritário é o PT, V.Exa. está de blusa vermelha... V.Exa. sempre usa vermelho. Estou brincando. Mas é necessário que V.Exa. e os demais colegas Vereadores tenham conhecimento profundo do que irá acontecer. Vai se entregar uma concessão, fazer uma PPP, entregar uma área extremamente nevrálgica da cidade, que é iluminação pública, fundamental na vida dos paulistanos; irá se entregar, por décadas, a um custo altíssimo, dinheiro financiado pelo BNDES, e queremos saber as especificações técnicas; qual o tipo de lâmpada a ser colocada, quanto irá durar, onde irá descartar, como é que será feito, quem será o dono do poste, como será feita a fiação. Queremos saber disso, se a empresa é apta, quem é essa empresa. Queremos um controle. Queremos ter noção disso. É direito nosso, como representantes do povo de São Paulo, levantar esse lençol, esse cobertor, e mostrar as entranhas desse processo da Prefeitura do Município de São Paulo - até o presente momento, um pouco oculto.

Era o que tinha a dizer, apelando ao Sr. Prefeito para que possa ouvir nossas palavras e nos dar as informações.

Muito obrigado! Desculpe a brincadeira.